



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

Lindomar Carlos Sodré da Silva

**ANÁLISE DO PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO
TÉCNICO E EMPREGO (PRONATEC) NO MUNICÍPIO DE SÃO FELIX**

CACHOEIRA

2018

Lindomar Carlos Sodré da Silva

**ANÁLISE DO PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO
TÉCNICO E EMPREGO (PRONATEC) NO MUNICÍPIO DE SÃO FELIX**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, do Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública.

Orientadora: Prof. Dra. Doraliza Auxiliadora Abranches Monteiro.

CACHOEIRA

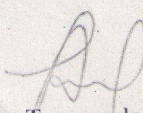
2018

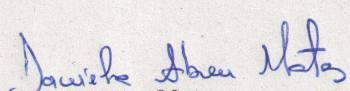
LINDOMAR CARLOS SODRÉ DA SILVA

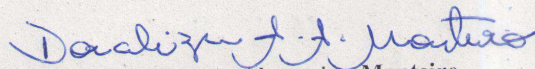
**Análise do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
(PRONATEC) no município de São Félix**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública.

Aprovado em 31 de agosto de 2018.


Edilson Tavares de Araújo
Doutor em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica
de São Paulo
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia


Daniela Abreu Matos
Doutora em Comunicação pela Universidade Federal de Minas
Gerais
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia


Doraliza Auxiliadora Abranches Monteiro
Professora Orientadora
Doutora em Administração pela Universidade Federal da
Bahia
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

RESUMO

Este estudo analisou o programa Pronatec na cidade de São Félix, com foco no nível de emprego e trabalho. Tomou-se como objeto de estudo o Pronatec que tem entre seus objetivos estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda, nesse sentido buscou-se analisar como esse programa social vem sendo desenvolvido e se seus objetivos estão sendo alcançados. Trata-se de uma pesquisa exploratória, com enfoque quanti-qualitativo. Os dados foram obtidos através de aplicação de questionários, realizadas com egressos dos cursos Pronatec no município de São Félix, na qual para o tratamento dos dados foram utilizadas as técnicas de estatística descritiva como a análise de médias e frequências. Como resultado desta pesquisa observou-se que há grande dificuldade dos participantes em conseguir emprego, visto que a maioria realizou os cursos em busca de oportunidades. No entanto, essa limitação está mais associada à situação econômica do município que apresenta poucas oportunidades de emprego devido ao seu desenvolvimento do que a qualidade dos cursos ofertados pelo Pronatec.

Palavras-chaves: Pronatec; capacitação; emprego.

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 - A Relação Escola/Trabalho sob Três Perspectivas Teóricas.....	23
Tabela 1 –Classificação de participantes quanto ao gênero	27
Tabela 2–Média de idade dos participantes.....	28
Tabela 3–Grau de escolaridade	29
Tabela 4- Cursos ofertados pelo PRONATEC em São Félix.....	29
Tabela 5- Avaliação do Pronatec.....	32
Tabela 6- Conhecimentos teóricos em relação ao curso.....	33
Tabela 7- Qualificação dos professores do curso.....	33
Tabela 8- Curso x Expectativa.....	33
Tabela 9- Trabalho e Curso Pronatec.....	34
Tabela 10- Trabalho e Formação.....	34
Tabela 11- Trabalho e Formação.....	35
Tabela 12- Exigências do trabalho x Conteúdos do curso Pronatec.....	35

Sumário

1. INTRODUÇÃO	5
2. REFERENCIAL TEÓRICO	7
2.1. Educação Profissional	7
2.2. Relações entre trabalho, escolaridade e profissionalização.....	11
2.3. Pronatec como política pública.....	15
3. METODOLOGIA.....	25
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	27
4.1. Caracterização dos participantes	27
4.2 Aspectos sobre trabalho e Pronatec	29
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	38

1. INTRODUÇÃO

O município de São Felix possui uma população de 15.310 habitantes, distribuídos em 95,97km² de área. Em relação à indústria, a cidade recebeu indústrias fumageira, com a instalação das fábricas de charutos Suerdieck, Dannemann, Costa Ferreira & Pena, Stender & Cia, Pedro Barreto, Cia A Juventude e Alberto Waldheis, além do cultivo do dendê e um forte comércio de estivas, secos e molhados. Também é conhecida por ter se destacado durante as lutas e mobilização social para a Independência da Bahia.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016), em 2016, o salário médio mensal era de 1.9 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 9.9%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 91 de 417 e 92 de 417, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 2.309 de 5.570 e 3.235 de 5.570, respectivamente. Fazendo-se um breve e raso comparativo com duas cidades muito próxima como Cachoeira (que ocupa o 59º em salário médio mensal e 86º em pessoas ocupadas entre os 417) e Muritiba (ocupando o 249º em salário médio e o 148º em pessoas ocupadas entre os 417 municípios), o município de São Felix pode considerar-se em boa colocação. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 51.5% da população nessas condições, o que o colocava na posição 208 de 417 dentre as cidades do estado e na posição 1095 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

O município que viveu tempos áureos na das décadas de 50 e 60, desde lá segue em estagnação devido a várias perdas como: mudança de modais de transporte – diminuição da utilização do rio para escoamento de produtos produzidos no recôncavo e aumento da utilização das estradas e rodovias como meio de transporte predominante; modificação de polos econômicos no território, em função do desenvolvimento de outras regiões como Feira de Santana e diminuição da importância de alguns municípios do recôncavo como Cachoeira, cidade de relevância histórica e social na Bahia.

Esta mudança do fluxo logístico aliado a expansão comercial de outros municípios, dispersou investimentos antes situados na região do Recôncavo. Com a mudança de modais, houve a transferência de diversas empresas para Feira de

Santana e região, alterando o polo econômico, provocando escassez de investimento e de políticas públicas de desenvolvimento local. Fatores estes que provocaram ao longo do tempo perdas de emprego, modificações no mercado de trabalho do município. Agravado também pela implementação de políticas públicas inconsistentes, e com as transformações do mercado de trabalho e que atualmente afeta mais intensamente a população jovem.

Nesse contexto, a população jovem de São Felix, que conclui o ensino fundamental, na maioria das vezes, é obrigada a enfrentar o mercado de trabalho sem nenhuma qualificação profissional, o que (e quando) com muita sorte, resta a eles os subempregos.

Levado em consideração que esta também é uma realidade de outros municípios e estados do Brasil, o governo federal buscando qualificar a mão de obra e incentivar a inserção profissional, criou em 2011 o Pronatec, programa público voltado para educação profissional, que tem os seguintes objetivos:

Ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional; contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional; estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda. (Lei 12.513/2011)

Assim, o Pronatec visa estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda. Especificamente também visa: a ampliação da oferta de cursos à distância; ampliação das oportunidades de capacitação para trabalhadores de forma articulada com as políticas de geração de trabalho, emprego e renda e; a difusão de recursos pedagógicos para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Desta maneira, o presente estudo visa contribuir com a análise do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) no município de São Felix, Bahia, com foco no nível de emprego e capacitação. A relevância desse trabalho se dá em colaborar na reflexão e análise dos objetivos e resultados alcançados na implementação do programa no município.

Tendo a possibilidade de através da apresentação de um trabalho com enfoque baseado na cientificidade. Poder apresentar a eficácia do Pronatec com recorte no município de São Felix, aplicando um questionário, que serviu como base para elaboração deste trabalho.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

As políticas de educação profissional tiveram início no Brasil na década de 1930. Desde então muitas mudanças ocorreram na tentativa de aperfeiçoar e melhorar o atendimento as necessidades que o desenvolvimento econômico propõe.

Nesta seção serão abordados aspectos relacionados à educação profissional, relações entre trabalho, escolaridade e profissionalização e informações sobre o programa em análise - Pronatec, baseando-se em diversos autores e em estudos anteriores realizados sobre o programa.

2.1. Educação Profissional

A Educação Profissional vem ganhando espaço no Brasil e está buscando preparar cidadãos para realização da atividade produtiva, preparar o educando de maneira mais específica, para inserção em diversas áreas no mercado de trabalho. No Brasil a Educação Profissional atualmente é ofertada, por escolas técnicas federais, estaduais, municipais e privadas.

A legislação brasileira classifica a educação profissional em três níveis: básico, que é a modalidade de educação que proporciona ao cidadão conhecimentos que lhe permitam a qualificação para o exercício de funções no mercado de trabalho, não exigindo conclusão do ensino médio; técnico que é voltado a jovens e adultos que estejam cursando ou tenham concluído o ensino médio; e o tecnológico que é uma modalidade de formação superior.

Em relação às exigências curriculares, a legislação destaca os seguintes elementos de acordo com o Ministério de Educação de Brasil:

- ❖ Currículos baseados em competências requeridas para o exercício profissional;
- ❖ Articulação e complementaridade da educação profissional de nível técnico com o ensino médio;
- ❖ Oferta de cursos sintonizada com as demandas do mercado, dos cidadãos e da sociedade;
- ❖ Diversificação e expansão da oferta, tanto de cursos técnicos e tecnológicos quanto de cursos de nível básico, que atendam à qualificação, requalificação e atualização do trabalhador;
- ❖ Vínculo permanente com o mundo do trabalho e a prática social;

- ❖ Currículos flexíveis, em módulos, possibilitando itinerários diversificados, acesso e saídas intermediárias e atualização permanente;
- ❖ Ensino contextualizado, que supere a dicotomia entre teoria e prática;
- ❖ A prática profissional constitui e organiza o desenvolvimento curricular;
- ❖ Competências profissionais adquiridas fora da escola passam a ser reconhecidas para fins de continuidade dos estudos de nível técnico, a partir da avaliação realizada pela instituição formadora.

Regatierri e Castro (2009) contextualizam que as primeiras iniciativas de criação de ensino profissional no Brasil revelam clara intenção assistencial, uma vez que era destinado a “amparar os órfãos e os demais desvalidos da sorte”. Contudo, os autores ponderam que esta iniciativa já estava relacionada “às necessidades emergentes da economia, pois ocorreu logo após a suspensão da proibição de funcionamento de indústrias manufatureiras em terras brasileiras”.

Assim, a Educação Profissional possuía uma roupagem assistencialista, provenientes o modelo econômico social:

Essa lógica assistencialista com que surge a educação profissional é perfeitamente coerente com uma sociedade escravocrata originada de forma dependente da coroa portuguesa, que passou pelo domínio holandês e recebeu a influência de povos franceses, italianos, poloneses, africanos e indígenas, resultando em uma ampla diversidade cultural e de condições de vida ao longo da história - uma marca concreta nas condições sociais dos descendentes de cada um destes segmentos. (Moura, 2007)

Para Escott e Moraes (2012, p.3) a partir disso, no decorrer do século XIX, várias instituições, eminentemente privadas, foram surgindo para atender às crianças pobres e órfãs. Ou autores destacam que essas instituições tinham propostas direcionadas para o ensino das primeiras letras e a iniciação aos ofícios como a tipografia, a carpintaria, a sapataria, a tornearia, dentre outras. O que pôde inferir que a educação profissional no Brasil “nasce revestida de uma perspectiva assistencialista com o objetivo de amparar os pobres e órfãos desprovidos de condições sociais e econômicas satisfatórias”

Segundo Moura (2007), a partir do século XX a educação profissional no Brasil foi perdendo a roupagem de uma política assistencialista e passou a se preocupar com a preparação de operários para o exercício profissional. No ano de 1909, o então Presidente Nilo Peçanha criou as Escolas de Aprendizes Artífices,

destinado ao ensino de uma profissão, voltada para pessoas de classes baixa e instalou dezenove delas, em 1910, nas várias unidades da Federação. O surgimento dessas escolas trouxe um novo direcionamento à educação profissional no Brasil, visando atender à necessidade industrial.

No ano de 1937 o então presidente Getúlio Vargas transformou as Escolas de Aprendizes Artífices em Liceus Industriais e Escolas Industriais e Técnicas.

O ensino pré-vocacional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhes dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especificidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público (Constituição de 10 de novembro de 1937, art. 129).

Na década de 1940, foi promovida uma reforma no sistema educacional brasileiro, que equiparou o ensino profissional e técnico ao nível médio.

Devido ao desenvolvimento industrial percebeu-se a necessidade de normatizar a educação nacional, sendo sancionados alguns Decretos-Lei, que ficaram conhecidos como as Leis Orgânicas da Educação Nacional. Entre estes se podem destacar os seguintes: Decreto nº. 4.244/42 – Lei Orgânica do Ensino Secundário; Decreto nº. 4.073/42 – Lei Orgânica do Ensino Industrial; Decreto nº. 6.141/43 – Lei Orgânica do Ensino Comercial; Decreto nº. 8.529/46 – Lei Orgânica do Ensino Primário; Decreto nº. 8.530/46 – Lei Orgânica do Ensino Normal e; Decreto nº. 9.613/46 – Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Além disso, o Decreto-Lei nº. 12 4.048/1942 – cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

No ano de 1971, ano de governo sobre o regime militar, a educação básica volta a passar por reformas, pautadas sob a Lei nº 5692/71 – Lei da Reforma de Ensino de 1º e 2º graus, que foi uma tentativa de profissionalizar o ensino médio.

“destaca-se como aspecto relevante, e, ao mesmo tempo, polêmico, o caráter de profissionalização obrigatória do ensino de 2.º grau, imposto por um governo autoritário com o discurso de atendimento à crescente

demanda das classes populares por acesso a níveis mais elevados de escolarização, acarretando, da mesma forma, uma forte pressão pelo aumento de vagas no ensino superior. Associado a esses fatos, reside o interesse do governo militar no desenvolvimento de uma nova fase de industrialização subalterna, conhecido historicamente como o milagre brasileiro. Tal projeto demandava por mão de obra qualificada com técnicos de nível médio, para atender a tal crescimento, possibilitada pela formação técnica profissionalizante em nível de 2.º grau, que “garantiria” a inserção no “mercado de trabalho”, devido ao crescente desenvolvimento industrial, marcado pela intensificação da internacionalização do capital” (Escott, Moraes, 2012, p. 1496).

Desta maneira, a educação profissional passou por diversas transformações, e hoje muitas discussões giram em torno de uma Educação Profissional Politécnica, consiste em relacionar ambiente de trabalho e educação, ou seja, aliar prática e teoria.

Nas duas últimas décadas, a crise política econômica que acometeu o mundo trouxe algumas discussões relevantes a respeito da educação no âmbito profissional, pois a crise enfrentada afeta direta a situação da força de trabalho, que de acordo com István Mészáros (2002, p. 1.005, *apud* Martins 2011, p.68), consiste no seguinte:

[...] o problema não se restringe à difícil situação dos trabalhadores não qualificados, mas atinge também um grande número de trabalhadores altamente qualificados, que agora disputam, somando-se ao estoque anterior de desempregados, os escassos – e cada vez mais raros – empregos disponíveis. Da mesma forma, a tendência da amputação “racionalizadora” não está mais limitada aos “ramos periféricos de uma indústria obsoleta”, mas abarca alguns dos mais desenvolvidos e modernizados setores da produção – da indústria naval e aeronáutica à eletrônica, e da indústria mecânica à tecnologia espacial. Portanto, não estamos mais diante dos subprodutos “normais” e voluntariamente aceitos do “crescimento e do desenvolvimento”, mas de seu movimento em direção a um colapso; nem tampouco diante de problemas periféricos dos “bolsões de subdesenvolvimento”, mas diante de uma contradição fundamental do modo de produção capitalista como um todo, que transforma até mesmo as últimas conquistas do “desenvolvimento”, da “racionalização” e da “modernização” em fardos paralisantes de subdesenvolvimento crônico. E o mais importante de tudo é que quem sofre todas as consequências dessa situação não é mais a multidão socialmente impotente, apática e fragmentada das pessoas “desprivilegiadas”, mas todas as categorias de trabalhadores qualificados e não qualificados: ou seja, obviamente, a totalidade da força de trabalho da sociedade.

A Educação Profissional passa por diversas discussões dualistas, a mais recente é a educação poli técnica vinculada ao ensino médio e do outro lado uma educação profissional voltada para inserção no mercado de trabalho. O primeiro

projeto das Leis de Diretrizes e Bases (LDB) defendia a educação politécnica vinculada ao ensino médio, conforme Frigotto, Ciavatta e Ramos, 2010.

A educação escolar de 2o grau será ministrada apenas na língua nacional e tem por objetivo propiciar aos adolescentes a formação politécnica necessária à compreensão teórica e prática dos fundamentos científicos das múltiplas técnicas utilizadas no processo produtivo (BRASIL. 1991, Art. 38)

A outra vertente defende o ensino médio não integrado a Educação Profissional. Segundo Moura, (2006), existem alguns pressupostos que norteiam a formação profissional integrada: homens e mulheres como seres histórico-sociais, portanto, capazes de transformar a realidade; trabalho como princípio educativo; a pesquisa como princípio educativo; a realidade concreta como uma totalidade, síntese das múltiplas relações; a interdisciplinaridade, contextualização e flexibilidade.

Moura (2007), afirma também que “o ensino médio já não seria profissionalizante, no sentido de formar para uma profissão específica, mas fundamentado nos princípios da politécnica”.

Atualmente a Educação Profissional de nível médio no Brasil é normatizada pelo Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004 que regulamenta o § 2º do art.36 e os art. 39 a 41 da LDB. Este decreto norteia princípios e a respeito da proposta do ensino médio integrado a educação profissional. Fica decretado conforme art. 84, inciso IV, da Constituição:

Art. 1º A educação profissional, prevista no art. 39 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), observadas as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação, será desenvolvida por meio de cursos e programas de:

I –qualificação profissional inclusive formação inicial e continuada de trabalhadores;

II - educação profissional técnica de nível médio;

III - educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação.

Art. 2º A educação profissional observará as seguintes premissas:

I - organização, por áreas profissionais, em função da estrutura sócio ocupacional e tecnológica;

II - articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia. (CF 1988)

2.2. Relações entre trabalho, escolaridade e profissionalização

O trabalho é para o homem de fundamental importância enquanto indivíduo social.

[...] O trabalho, como todos os processos vitais e funções do corpo, é uma propriedade inalienável do indivíduo humano. Músculos e cérebros não podem ser separados de pessoas que os possuem; não se pode dotar alguém com sua própria capacidade para o trabalho, seja a que preço for assim como não se pode comer, dormir ou ter relações sexuais em lugar de outra pessoa. Deste modo, na troca, o trabalhador não entrega ao capitalista a sua capacidade para o trabalho. [...]. (BRAVERMAN, 1987, p. 56)

Existem três teorias que relacionam trabalho e educação, conforme quadro abaixo:

Quadro 1 - A Relação Escola/Trabalho sob Três Perspectivas Teóricas

TEORIA DO CAPITAL HUMANO E MODERNIZAÇÃO	TEORIA DA REPRODUÇÃO	TEORIA DA DESVINCULAÇÃO
A educação deve ser concebida economicamente, pois é produtora da capacidade de trabalho	A educação é determinada pelas relações de produção cabendo-lhe, basicamente, o papel de reprodutora dessas relações	A formação de qualificações requeridas pelo mercado de trabalho deve ser buscada no seio da própria produção e não numa instituição à margem como é a escola
O ensino da técnica é elemento fundamental do desenvolvimento econômico a tal ponto que se pode explicar as diferenças de desenvolvimento entre os países a partir dele	Sob a fachada de um meio neutro, sem ideologia ou laico, em que se transmite conhecimentos “científicos” e normas e valores “eternos”, a escola, de fato, está assegurando a reprodução da força de trabalho e transmitindo as qualificações necessárias ao mundo do trabalho	É o próprio capital que soluciona a questão da qualificação de seus quadros e isto pouco tem a ver com o sistema de educação tal como existe
A educação é fator explicativo das diferenças existentes nas capacidades de trabalho e, conseqüentemente, na produtividade e na renda dos indivíduos	A escola faz com que os indivíduos se sujeitem à estrutura de classes ao inculcar-lhes (simultaneamente) as formas de legitimação, justificação e disfarce das diferenças e do conflito de classes	Há uma crescente desvinculação entre escola e empresa pois nem a escola é capitalista e nem o capital precisa dela para preparar o trabalhador, dado que o capital não depende da escola e resolve de outras maneiras seus problemas com mão-de-obra
Há carência de técnicos de nível médio e necessidade de aumentar o número de elementos com esta formação e com capacidade criativa suficiente para impulsionar o desenvolvimento tecnológico	O capitalismo, nas condições da sociedade moderna, requer uma classe trabalhadora preparada para operar equipamentos modernos e tecnologia avançada, aumentando substancialmente a produtividade do trabalho sem aumentar a remuneração do trabalhador	A empresa depende cada vez menos de instituições externas de treinamento e de mão-de-obra que seu corpo coletivo de trabalho não possa formar

As empresas necessitam dos técnicos formados pelas escolas e as dificuldades no mercado de trabalho devem-se ao desconhecimento ou descaso das empresas pelo técnico de nível médio	O capitalismo tem interesse na “democratização” das oportunidades de ensino apenas como reprodução material das classes sociais, sem nunca atingir uma efetiva equalização de oportunidades	A qualificação se reduz cada vez mais à capacidade de se adaptar às normas e às rotinas já que o trabalho individual perdeu a força e a necessidade
A formação profissional é importante elemento na absorção do egresso do ensino técnico pelo mercado de trabalho e pela sua ascensão na hierarquia ocupacional das empresas	A ascensão social via educação é uma ideologia na qual o trabalhador é levado a acreditar pois, na verdade, a escola capitalista só veicula e sacraliza a ideologia da classe dominante, inculcando os valores da dominação nos trabalhadores	Cresce uma “zona cinzenta” (a ser ocupada por técnicos?) entre a gerência superior e os trabalhadores, que tem a seu cargo transmitir ordens, supervisionar e controlar as equipes de trabalho e operadores
Há uma “tendenciosidade aristocrática” a favor da educação geral na educação brasileira e a profissionalização é a única possibilidade de reduzir essa tendência elitizante, promovendo a integração do homem à força de trabalho	A escola tem por objetivo suprir as empresas com mão-de-obra adequada e prover um exército industrial de reserva de qualificados	Para ocupar os postos-chave de supervisão a empresa prefere recrutar empregados em seu “mercado interno de trabalho” na medida em que assim tem boas informações sobre as características pessoais dos que vão desempenhar estas funções (para as quais a confiança pessoal e a identificação ideológica com o patronato são indispensáveis)

Fonte: CENAFOR, 1996, apud. Pereira, Palmisano, Faria, Widmer, Gonçalves (2009)

As teorias citadas no quadro acima discorrem sobre a educação e o trabalho, contribuindo para o entendimento da importância da educação profissional e tecnológica a Teoria do Capital Humano descreve a educação como fator predominante para uma pessoa se desenvolver financeiramente, a Teoria da Revolução descreve a educação como reprodutora das relações de produção e a Teoria da Desvinculação descreve que as qualificações para exercício profissional devem ser buscadas na atividade diária.

De acordo com Lobo (2006), a luta por uma colocação no mercado de trabalho está cada vez agregada a um maior nível de escolaridade. A grande competitividade faz com que pessoas mais preparadas profissionalmente, possuam melhores oportunidades e conseqüentemente melhores remunerações. A mesma ainda afirma que a passagem da escola ao trabalho dependeria não apenas das capacidades individuais, mas também do modo como se organizam os sistemas educacionais em contextos sociais distintos.

A Revolução Industrial trouxe grande estreitamento nas relações entre, trabalho, escolaridade e profissionalização. Mas o mundo do trabalho vem passando por diversas transformações impactadas pela ascensão da globalização.

Exige-se do trabalhador novas ações, articuladas com o conhecimento científico, capacidades cognitivas superiores e com a capacidade de intervenção crítica e criativa, perante situações não previstas, que exigem soluções rápidas, originais e teoricamente fundamentadas, para responder ao caráter dinâmico, complexo, interdisciplinar e opaco que caracteriza a tecnologia na contemporaneidade (KUENZER, 2000: 18-19).

Novas diretrizes passam a nortear a educação, buscando adequar a mesma ao novo modelo político, econômico e social, sendo este requisito essencial para o trabalho, devido às mudanças decorrentes do surgimento de novas tecnologias.

Atualmente, emprego e qualificação profissional estão entrelaçados, pois a qualificação tem sido essencial para inserção no mercado de trabalho. As constantes mudanças no mercado de trabalho requerem cada vez mais preparação, e aqueles que não tem buscado se especializar, se reciclar tem enfrentado dificuldades para inserção no mercado.

Os dados coletados recentemente mostram que, apesar de o nível de desemprego no Brasil ter começado a crescer a níveis preocupantes a partir de 2014, quando se analisa a população em geral, o grupo de pessoas com nível superior completo só passou a ser realmente afetado no ano seguinte. Ou seja, os primeiros a perderem seus empregos devido à crise foram as pessoas com formação intermediária.(CAMARA, 2016)

Segundo Santos, (2008) uma teoria muito discutida a respeito de empregabilidade e educação é a Teoria do Capital Humano, que começou a ser estudada por Marshall e foi formalizada por Schultz que coloca o conhecimento como forma de capital, essa teoria surge na administração neoclássica e afirma que quanto maior for o grau de escolaridade maior as oportunidades de ingresso no mercado de trabalho, abrindo um pressuposto para tal afirmação, que diz que isso é pra uma economia estabilizada.

O século XX é marcado por diversas mudanças nos processos produtivos e o nível de escolaridade passa a ser de extrema importância, pois se faz necessário capacitar os trabalhadores para tais mudanças.

Começamos enumerando algumas das mudanças e transformações ocorridas nos anos 80. Em uma década de grande salto tecnológico, a automação, a robótica e a microeletrônica invadiram o universo fabril, inserindo-se e desenvolvendo-se nas relações de trabalho e de produção do capital. Vive-se no mundo da produção, um conjunto de experimentos, mais ou menos intensos, mais ou menos consolidados, mais ou menos presentes, mais ou menos embrionários. O fordismo e o taylorismo já não são únicos e mesclam-se com outros processos produtivos (neofordismo, neotaylorismo, pós-fordismo), decorrentes das experiências da “Terceira Itália”, na Suécia (na região de Kalmar, do que resultou o chamado Kalmarnianismo), do Vale do Silício nos EUA, em regiões da Alemanha, entre outras, sendo em alguns casos até substituídos, como a experiência japonesa a partir do toyotismo permite constatar. (ANTUNES, 2011, p. 23)

Podemos perceber que a relação entre trabalho e educação passou por diversas mudanças, adaptando-se as novas exigências da sociedade capitalista e do desenvolvimento do mundo do trabalho. A educação profissional vem sendo de fundamental importância, pois tem a proposta de uma educação especificamente voltada para os mecanismos produtivos.

2.3.Pronatec como política pública

A administração pública vem passando por um processo de modernização de modo que o Estado funcione com mais eficiência. O Estado vem buscando desenvolver políticas públicas que são conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico e são direitos assegurados constitucionalmente.

Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”.³ A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz. (Souza, 2006).

Os elementos principais de uma política pública são que: a política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz;

a política pública envolve vários níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes; a política pública é abrangente e não se limita a leis e regras; a política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados. A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, pode ser uma política de longo prazo. (Souza, 2006).

Dentre essas diversas políticas públicas no Brasil, tem-se o Pronatec na área educacional, visto que educação é um direito universal de todo o cidadão.

Em 2011, Dilma Rousseff assume a presidência da república, dando prosseguimento a forma de governo de Lula, investindo em políticas assistencialistas e em programas que visam à manutenção dos resultados obtidos desde 2003. Uma das grandes frentes de investimento do governo Dilma é o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), estabelecido pela Lei 12.513/2011, que pretende a ampliação da oferta de cursos de educação profissional e tecnológica por intermédio de programas, projetos e ações de assistência técnica financeira. (WALDOW, 2014)

A então presidente da República Dilma Rousseff à época, descreveu o Pronatec da seguinte maneira:

O Pronatec será um conjunto de ações voltadas para os estudantes e trabalhadores que querem fazer um curso técnico e que não têm como pagar. Será um programa, tanto de bolsas quanto de financiamento estudantil. O Novo Fies, por exemplo, estará dentro do Pronatec e, assim, também o estudante do Ensino Médio vai poder ter seu financiamento para estudar em escolas técnicas privadas. (...) Hoje, no Brasil, quem tem informação tem emprego, por isso, no âmbito do Pronatec também ofereceremos formação profissional em cursos com carga horária a partir de 160 horas para o trabalhador e a trabalhadora brasileira (Dilma Rousseff, 2011).

Segundo Milleret al. (2015), antes do desenvolvimento do PRONATEC o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) junto com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) buscou estimular acesso de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza a programas de qualificação profissional, mas enfrentou alguns obstáculos, destacam-se três:

✓ **Mobilização do público:** as ofertas de cursos eram realizadas de forma tradicional (quatro horas por dia, em horário comercial, durante os dias da semana), desconsiderando tratar-se de pessoas ocupadas em trabalhos precários, com longa jornada de trabalho e com baixo acesso aos serviços de cuidados, especialmente creches;

✓ **Coordenação local:** as ofertas eram estruturadas de modo centralizado na esfera federal, com pouca articulação institucional no nível local, em particular junto às prefeituras municipais, o que dificultava os processos de mobilização, matrícula e acompanhamento dos alunos;

✓ **Adequação dos cursos ao perfil do público e ao mercado de trabalho local:** tratando-se de público com escolaridade baixa (ensino fundamental completo/incompleto), a oferta de cursos demonstrou dificuldades em conciliar pré-requisitos de escolaridade adequados ao público e conexão dos cursos com o mercado de trabalho local, de modo a ampliar as possibilidades de inserção digna no mundo do trabalho.

Em virtude do crescimento econômico registrado em 2010 e com uma perspectiva de crescimento nos anos vindouros, existia uma preocupação no quesito qualificação profissional. Um fato que mesmo não se apresentando como novidade levando em consideração algumas políticas públicas voltadas para a educação profissional ao longo do século passado.

Em 1909, foram criadas as primeiras Escolas de Aprendizes e Artífices (EAAs), em várias capitais brasileiras. Eram dezenove escolas que, ao longo dos anos, se transformaram em liceus industriais e escolas industriais e técnicas, até que, em 1959, passam a ser denominadas Escolas Técnicas Federais (ETFs), com status de autarquias. Por sua vez, uma rede de escolas agrícolas, com base no modelo escola-fazenda, foi sendo constituída nesse mesmo período. Inicialmente vinculadas ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) passaram, em 1967, para o então Ministério da Educação e Cultura (MEC), tornando-se Escolas Agrotécnicas Federais (EAFs). Em 1978, três escolas técnicas federais, no Rio de Janeiro, em Minas Gerais e no Paraná, foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), iniciando um processo de ampliação da oferta de cursos superiores tecnológicos. Durante a década de 1990, várias outras escolas técnicas e agrotécnicas federais tornaram-se CEFETs, formando a base do Sistema Nacional de Educação Tecnológica (SISTEC), instituído em 1994 (Vidor, 2011). É marcante a presença dos CEFETs na maioria dos estados, exceção feita a Acre, Amapá, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, que só recentemente foram contemplados com os novos IFETs. (CASSIOLATO, Maria Martha M. C.; GARCIA, Ronaldo Coutinho, 2014, pg.12).

Neste momento merecia uma atenção relevante, pois com o crescimento econômico surge também a necessidade de inovação e melhoria na mão de obra do país. Então foi criada a lei nº 12.513/2011:

Nessa única sessão, de 31 de agosto de 2011, foi aprovada a redação final do PL no 1.209, assinada pelo deputado Jorginho Mello (PSDB-SC). Em 6 de setembro de 2011 a Mesa Diretora remeteu o PL aprovado ao Senado

Federal. O PL aprovado na Câmara foi lido no plenário do Senado em 8 de setembro de 2011. Ali foi informado que o mesmo teria tramitação em regime de urgência e que, a partir daquela data, se iniciava a etapa de recebimento de emendas, para a qual haveria prazo de cinco dias. A presidência da Mesa comunicou que a matéria seria apreciada simultaneamente pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Assuntos Econômicos; de Assuntos Sociais; e de Educação, Cultura e Esporte. O PL nº 1.209 recebeu 27 emendas nas diversas comissões por onde tramitou. Em 20 de setembro de 2011, o conjunto foi encaminhado à senadora Marta Suplicy do Partido dos Trabalhadores de São Paulo (PT-SP), designada relatora. Em 18 de outubro de 2011, dentro do prazo regimental (45 dias a contar do recebimento do projeto), a proposta da relatora foi a plenário, em sessão deliberativa. Foi aprovado, com um voto contrário. As 27 emendas são rejeitadas em bloco. (CASSIOLATO, Maria Martha M. C.; GARCIA, Ronaldo Coutinho, 2014)

Nasce o Pronatec como uma política pública de educação profissional que segundo Montagner e Muller (2015) é uma iniciativa que agrega o conhecimento acumulado em experiências anteriores das redes da assistência social e, em articulação com as instituições da Rede Federal, as redes Estaduais e Distritais de educação profissional e tecnológica e os Serviços Nacionais de Aprendizagem.

Estes mesmos autores apontam que foi possível realizar 2,8 milhões de matrículas em cursos técnicos e de formação inicial continuada em 72% dos municípios brasileiros, com crescente sintonia na oferta de cursos que estão relacionados com áreas de maior geração de emprego e de trabalho para micros empreendedores individuais.

Nesse sentido, de acordo com o MEC (Ministério da Educação), para que aja uma integração entre os níveis médio, técnico e profissionalizante e para isso deve existir um regime de coordenação e cooperação entre as esferas públicas em vários níveis:

1-entre o MEC e outros ministérios, tendo em vista a articulação com as políticas setoriais afins;

2- entre as secretarias do próprio MEC;

3- entre o MEC as instituições públicas de educação superior – principalmente as que integram a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica –, os sistemas estaduais e os sistemas municipais de ensino;

4- em cada Estado, entre o respectivo sistema estadual e os sistemas municipais de educação com tratamento análogo ao Distrito Federal;

5- em cada Estado, entre o respectivo sistema estadual e os órgãos ou entidades responsáveis pelas políticas setoriais afins no âmbito estadual e dos municípios.

Portanto, o Pronatec foi instituído para promover a expansão de ofertas de cursos na área profissional e técnica, de modo a melhorar a qualidade do Ensino Médio e trazer melhorias econômicas para o país, bem como a inclusão social, a inovação tecnológica e o aumento da produtividade e competitividade da economia. Este programa expandiu-se desde a sua criação, mas é necessária a mensuração efetiva da qualidade, das melhorias e do alcance dos objetivos através de estudos realizados com egressos dos cursos.

Todo programa passa por uma fase de implantação o que não foi diferente como o Pronatec. De acordo com MDS (2011), antes de ser efetivado passou por um experimento composto de 9 etapas:

1. Habilitação das prefeituras municipais;
2. Negociação de vagas e cursos;
3. Divulgação e mobilização dos beneficiários;
4. Pré-matrícula;
5. Matrícula;
6. Aula inaugural;
7. Acompanhamento dos beneficiários;
8. Articulação com outras políticas de emprego e renda;
9. Atividade de formatura

De acordo com a Lei nº 12.513/ 2011, o Pronatec tem como objetivos **instituídos**:

I - expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;

II - fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica;

III - contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional;

IV - ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional;

V - estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica;

VI - estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda.

A Lei nº 12.513/ 2011 discorre que serão **beneficiados** pelo Pronatec:

I - estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos;

II - trabalhadores;

III - beneficiários dos programas federais de transferência de renda;

IV - estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral, nos termos do regulamento.

O artigo 4º da mesma Lei apresenta ações para que o programa se desenvolva e alcance seus objetivos, e são estes:

I - ampliação de vagas e expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica;

II - fomento à ampliação de vagas e à expansão das redes estaduais de educação profissional;

III - incentivo à ampliação de vagas e à expansão da rede física de atendimento dos serviços nacionais de aprendizagem;

IV - oferta de bolsa-formação, nas modalidades:

a) Bolsa-Formação Estudante;

b) Bolsa-Formação Trabalhador;

V - financiamento da educação profissional e tecnológica;

VI - fomento à expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância;

VII - apoio técnico voltado à execução das ações desenvolvidas no âmbito do Programa;

VIII - estímulo à expansão de oferta de vagas para as pessoas com deficiência, inclusive com a articulação dos Institutos Públicos Federais, Estaduais e Municipais de Educação;

IX - articulação com o Sistema Nacional de Emprego.

X - articulação com o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - PROJOVEM, nos termos da Lei no 11.692, de 10 de junho de 2008.

Nesse sentido, o Pronatec nasceu com o objetivo de potencializar a oferta de cursos técnicos de nível médio, com a Bolsa-Formação Estudante, e de cursos de formação inicial e continuada, com a Bolsa-Formação Trabalhador, de modo a atender o seguinte público:

- Estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos;
- Trabalhadores, inclusive agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores;
- Beneficiários dos programas federais de transferência de renda;
- Estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral, nos termos do regulamento.

Para Montagner e Muller (2015), o Pronatec requer atuação compartilhada de todos os parceiros para promover o aprimoramento das ações em resposta aos seguintes desafios:

- ampliar a oferta de vagas em consonância com as metas estabelecidas no PNE;
- promover a aderência entre a oferta de cursos e as demandas identificadas em cada contexto;
- assegurar atendimento prioritário a públicos que vivem em situação de vulnerabilidade social, grupos sociais que historicamente vêm sendo excluídos dos processos de escolarização e públicos destinatários de políticas sociais;
- fortalecer a organização da oferta de cursos em itinerários formativos que permitam a construção de trajetórias de formação de acordo com as necessidades e interesses dos sujeitos, em sintonia com as demandas de cada contexto;
- incrementar mecanismos voltados à inserção e reinserção profissional, em articulação com o setor produtivo;
- fortalecer a integração entre a educação profissional e o ensino médio e com a educação de jovens e adultos;

- estruturar as políticas de formação de profissionais da educação para a educação profissional e tecnológica para conferir qualidade aos cursos ofertados.

Porém o atingimento dos objetivos, nem sempre conseguiser alcançado devido, a complexidade que existe em virtude de vários fatores dentre eles poderíamos citar: a descontinuidade dos governos e suas políticas, as crises tanto internas e externas, a falta de uma maior mobilização para discussão desse assunto que tanto aflige a manutenção e criação de vagas de empregos nos pais.

O Pronatec, e outros programas participantes do Programa Brasil Sem Miséria, foram discutidos pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) e pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) por quatro anos seguidos (2011, a 2014), baseado em um Ciclo de Implantação de Maturidade dos Programas, seguindo o princípio da eficiência das atividades e dos recursos, o princípio da eficácia no cumprimento de objetivos, cobertura de públicos-alvo e desempenho e o princípio da efetividade em termos de equidade e impacto social mais geral. No que diz respeito à questão eficiência o Pronatec baseado nos parâmetros de custos estabelecidos pelo MEC, se destacou em questão de cobertura territorial, se mostrando mais eficiente que outros programas de qualificação profissional.

De acordo com Montagner, Muller (2015), o Ministério de Desenvolvimento Social buscou garantir que as famílias de menores rendimentos, em especial aquelas que já eram conhecidas por estarem inscritas no Cadastro Único para as Políticas Sociais e beneficiárias do Programa Bolsa Família, fossem alcançadas pelos diversos programas e ações do Plano Brasil Sem Miséria, provendo assim acesso a serviços de educação, creche e saúde. E de acordo com a pesquisa do MEC citada pelos mesmos, os beneficiários do Programa Bolsa Família que participaram dos cursos do Bolsa Formação apresentam o desempenho educacional igual e muitas vezes superiores, com as maiores taxas de conclusão e aprovação, e, conseqüentemente, as menores taxas de abandono e reprovação.

De acordo com a pesquisa realizada pelo MECe MDS, disponível no Portal da Secretaria de Avaliação e gestão da informação (SAGI), do MDSa partir do mês de junho do ano de 2012 o Pronatec estava presente em 606 municípios e no mesmo mês de 2014 já alcançava 4.025 municípios, demonstrando a sua capacidade de expansão e a sua eficiência, devido ao mesmo oferecer cursos que

geram oportunidades voltadas ao mercado de trabalho do município ao qual está implantado.

Em relação a sua eficácia o Programa também se destacou, pois em quatro anos conseguiu ofertar quatro milhões de bolsas de formação, entre a população de baixa renda e de pessoas com inserção no mercado de trabalho precária, abrangendo 66% de jovens com idade entre 18 e 29 anos e 60% de mulheres, sendo que 63% dos matriculados nesses quatro anos foram de pessoas do Cadastro Único.

Outro aspecto importante em relação a programas no passado os percentuais observados, nesses quatro anos estudados 79% dos matriculados concluíram o curso e o índice de aprovação medido foi de 87,1%. No aspecto referente à efetividade, o programa faz diferença, pois demonstrou-se um aumento de formalização no mercado de trabalho em 11,8 pontos percentuais, o dobro em relação a pessoas do mesmo perfil não participantes que foi de 4,9 pontos percentuais. O programa nos anos estudados foi conseguindo atingir os seus objetivos de melhoria em relação à empregabilidade formal, e vem se destacando principalmente na região Nordeste, uma das regiões onde se concentra as mais baixas rendas do país (SAGI, 2014).

Lima, 2012 em sua pesquisa intitulada a educação profissional traz crítica a educação profissional, como forma apenas de inserção ao mercado de trabalho. Uma espécie de mercantilização.

“Bolsa-formação para estudante do ensino médio público propedêutico para cursos de EP técnica de nível médio e Bolsa-formação para trabalhadores e beneficiários de programas sociais para cursos FIC ou qualificação profissional, sinalizando que o executivo definirá requisitos e critérios de prioridades, considerando a capacidade de oferta, a demanda, o nível de escolaridade, a faixa etária”. (Lima, pag.9, 2012)

A política educacional é um elemento estratégico da política em geral, e o Pronatec segundo este autor, surgiu em meio a um momento de aumento do índice inflacionário, como uma nova modalidade de ensino técnico, quando na verdade o que se devia fazer era uma discussão sobre investimento nas escolas técnicas já existentes.

Num momento em que a imprensa e os dados macroeconômicos sinalizam um desequilíbrio nas contas governamentais, ao invés de romper com as medidas antissociais, o novo governo sinaliza uma nefasta incorporação do discurso das classes dominantes, ou seja, diante desse contexto, pressionada por um ambiente em que estaria por acontecer uma retomada da inflação, a nova presidente assume um discurso de austeridade, propondo segundo a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, que o

arrocho orçamentário deverá ser de R\$ 50 bilhões. Junto com esse processo, o Governo Federal sinaliza que será lançado o Programa Nacional de Acesso à Escola Técnica (Pronatec), no qual a ideia é ampliar o caminho de acesso à Educação Profissional para jovens do Ensino Médio e para trabalhadores sem formação. (Lima, pag. 15, 2012)

Direcionando para este estudo Pronatec começa a funcionar na cidade de São Felix no ano de 2013, com os mesmos objetivos institucionais do programa. De acordo com dados da Prefeitura Municipal foi oferecido inicialmente 120 vagas nos cursos de eletricitista industrial, agente de inspeção de qualidade e assistente de planejamento e controle de produção pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), posteriormente sendo instalados outros cursos.

3. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa exploratória, com enfoque quantitativo. Foi aplicado um questionário a egressos dos cursos do Pronatec, a partir da estatística descritiva foi realizado o tratamento e a análise dos dados. O levantamento objetivou a análise de estudantes que realizaram atividades do PRONATEC no município.

De acordo com Fachin, 2003, na pesquisa quantitativa a coleta de dados é realizada através de questionários que apresentam variáveis distintas, cujas análises são geralmente apresentadas através de tabelas e gráficos. Os dados nesse tipo de pesquisa podem ser quantificados através da análise de média e frequência.

De acordo com Carmo (2013) *apud* Aaker et al. (2001), a construção de um questionário, é considerada uma “arte imperfeita”, pois não existem procedimentos exatos que garantam que seus objetivos de medição sejam alcançados com boa qualidade. A autora ainda discorre que características do pesquisador como bom senso e experiência podem evitar vários tipos de erros em questionários, como por exemplo, as questões ambíguas, potencialmente prejudiciais, dada sua influência na amplitude de erros, e é definida uma sequência de etapas lógicas que o pesquisador deve seguir para desenvolver um questionário:

- 1 – Planejar o que vai ser mensurado
- 2 – Formular as perguntas para obter as informações necessárias.
- 3 – Definir o texto e a ordem das perguntas e o aspecto visual do questionário.
- 4 – Testar o questionário, utilizando uma pequena amostra, em relação a omissões e ambiguidade.
- 5 – Caso necessário, corrigir o problema e fazer novo pré-teste.

Para esta pesquisa as etapas foram seguidas, inclusive com a aplicação do pré-teste com dois egressos mais próximos ao pesquisador.

Para se realizar um questionário é necessário estabelecer algumas decisões, Carmo (2013), nas quais são: decisões sobre o conteúdo das perguntas onde é possível verificar fatos, crenças quanto a fatos, crenças quanto a sentimentos, descoberta de padrões de ação e de comportamento presente ou passado; decisões sobre o formato das respostas onde a escolha do formato das respostas mais adequado deve levar em conta as vantagens e desvantagens de cada tipo para o objetivo da pesquisa; decisões sobre a formulação das perguntas no qual se deve cuidar para que as mesmas tenham o mesmo significado para o pesquisador e para o respondente, evitando-se assim um erro de medição; decisões sobre a sequência das perguntas, pois a ordem na qual as perguntas são apresentadas pode ser crucial para o sucesso da pesquisa; decisões sobre a apresentação e o layout do questionário (características físicas) aqui devem ser definidos o número de páginas, qualidade do papel e da impressão, tipos e tamanho de letra, posicionamento e tamanho dos espaços entre questões, cores da tinta e do papel para as respostas, espaço para resposta de cada questão, separação de campos para facilidade de digitação, impressão em frente e verso ou só na frente.

As dimensões utilizadas no questionário (Apêndice 1) foram: Parte 1, aspectos sobre o perfil básicos do respondente e; Parte 2, aspectos da participação no Pronatec e trabalho e atuação profissional.

As pessoas que participaram são alunos egressos do PRONATEC na cidade de São Félix Bahia. Inicialmente, foi feito um contato com pessoas que poderiam responder aos questionamentos da pesquisa através de uma apresentação a respeito do que se pretende investigar na pesquisa, e as pessoas iam indicando outras pessoas.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa foi realizada com 31 participantes dos cursos do PRONATEC, todos residentes na cidade de São Félix. Os resultados serão abordados nos tópicos abaixo a partir dos cursos ofertados no município, bem como as características dos participantes e os aspectos relacionados ao mercado de trabalho.

4.1. Caracterização dos participantes

Em relação aos participantes, ocorreu o predomínio de estudantes do sexo feminino, mais de 80% dos entrevistados, o que leva a perceber a busca cada vez maior de qualificação por parte das mesmas, visualizadas pelas consequentes conquistas das mulheres nos espaços do mercado de trabalho. Por outro lado, pode apontar também pela maior adesão do público feminino em participar de pesquisas sejam elas de opinião ou acadêmico-profissionais.

Em outra pesquisa realizada por Benini e Cecchin (2016) através da Universidade Estadual do Tocantins em um município no estado do Tocantins a respeito do PRONATEC é possível verificar que 93,4% dos entrevistados também foram mulheres. Enfim foi possível perceber que as mulheres têm buscado se qualificar de modo a ocupar vagas no mercado de trabalho e alcançar melhores salários.

Tabela 1 - Gênero dos participantes

Gênero	N	%
Masculino	6	19
Feminino	25	81

Fonte: Dados da Pesquisa

No que diz respeito à idade dos participantes, a maioria dos entrevistados possuem entre 18 e 25 anos de idade (61%). As constantes exigências do mercado

de trabalho e a grande competitividade vêm fazendo com que os jovens busquem se qualificar de modo a alcançarem um espaço (Tabela 2).

Outro ponto pertinente ao perfil de jovem é que o Pronatec ajuda a compensar a falta de experiência curricular como já verificado em outra pesquisa realizada por Domingues (2016). Além do mais, existe no Brasil, alta taxa de jovens desempregados como aponta o IBGE (2016), perfazendo um total de aproximadamente 30%. Fator este que reforça a busca pela formação e qualificação de forma a agregar competências que atenda ao mercado.

Tabela 2-Faixa etária dos participantes

Faixas – anos	N	%
18 – 25	19	61
26 – 32	9	29
33 – 39	3	10

Fonte: Dados da pesquisa.

É possível perceber que o programa está em conformidade com o artigo 2º, Inciso 1 da Lei 12.513, de 26 de outubro de 2011, atendendo prioritariamente a estudantes do Ensino Médio da rede pública de educação.

No que diz respeito aos homens mais velhos este buscam certificar-se em áreas que já possuem algum conhecimento prático, em sua maioria possuem apenas baixo grau de instrução devido à necessidade de substituir os estudos por trabalho, veem no PRONATEC a possibilidade de substituir a falta de estudos através do certificado do mesmo e buscando alcançar melhores condições de empregabilidade.

No que diz respeito à escolaridade 87% dos entrevistados possuem nível médio e 13% apresentam apenas nível fundamental conforme a Tabela 3 demonstra.

Segundo uma pesquisa realizada por Maria Luisa Hilleshein de Souza (2016) para avaliar a efetividade dos principais cursos FIC Pronatec do Instituto Federal de Santa Catarina, através do repositório da UNB no ano de 2016 verificou-se que apesar de muitos cursos PRONATEC não exigirem ensino médio a maioria dos egressos apresentavam este grau de escolaridade.

Observou-se que embora não seja exigido curso médio completo para os cursos analisados, a maioria dos egressos possui o ensino médio como nível de escolarização. Tal resultado pode ser justificado pela universalização da educação básica. Dados do Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística (IBGE, 2014), apontaram que a taxa bruta de escolarização do ensino médio quase triplicou entre 1980 e 2010. (Souza, 2016).

Tabela 3-Grau de Instrução

Grau de Instrução	N	%
Fundamental	4	13
Ensino médio	27	87

Fonte: Dados da pesquisa.

Ao perguntar a respeito da cidade em que os entrevistados nasceram e onde residem atualmente. A maioria nasceu e reside em São Felix, e viram no PRONATEC um meio de qualificação de modo a galgarem melhores condições de inserção no mercado de trabalho, muitas vezes em cidades circunvizinhas devido a falta de oportunidades de emprego na cidade, decorrente da falta de investimentos econômicos municipal e conseqüentemente também da rede privada.

4.2 Aspectos sobre trabalho e Pronatec

Nesta seção foram abordados aspectos relacionados ao Pronatec no que tange aos cursos ofertados e a avaliação destes cursos, bem como a empregabilidade pós-curso.

A tabela abaixo estão descritos, a partir das respostas dos participantes, os respectivos cursos em ordem de maior percentual de participantes analisando. Dentre os cursos os que tiveram maior participação foram os de espanhol e operador de retroescavadeira.

Tabela 4- Alguns cursos ofertados pelo PRONATEC em São Félix

Cursos	N	%
Espanhol	5	16
Operador de retroescavadeira	4	13
Assistente de planejamento e controle de produção	4	13
Cuidador infantil	3	9,7
Auxiliar de produção	2	6,4
Mecânico de máquina industrial	2	6,4
Camareira	2	6,4
Agente de inspeção de qualidade	2	6,4
Classificação de couro	1	3,2
Assistente de produção	1	3,2
Encanador industrial	1	3,2
Cuidador de idosos	1	3,2

Caldeireiro industrial e mecânico	1	3,2
Recepcionista	2	6,4

Fonte: Dados da pesquisa.

Optou-se por descrever alguns destes cursos ofertados no intuito de conhecer a proposta e o conteúdo pragmático, dos mesmos, bem como para conhecimento sobre a formação profissional dos entrevistados.

O curso de assistente de produção visa preparar o indivíduo para atuar na área de materiais para alimentação de linhas de produção, organizar a área de serviço, abastecer linhas de produção, alimentar máquinas e separar materiais para reaproveitamento, atendendo à regulamentação de documentações técnicas, com segurança, saúde, produtividade, qualidade e consciência ambiental. As pessoas egressas deste curso podem atuar em diversas atividades na indústria.

O operador de retroescavadeira atua na área de planejamento do trabalho a ser desenvolvido, atua na área de manutenção de máquinas pesadas e as operam, remove e drena solos, limpezas de solos, fazer aterros, escavam e fazem acabamentos de pavimentos.

O profissional que atua na área de mecânica industrial tem a função de executar processos de mecânica voltados a manutenção de máquinas industriais, respeitando procedimentos e normas técnicas nas diversas áreas da organização tais como qualidade, saúde e segurança, e meio ambiente.

O curso de assistente de planejamento e controle de produção busca preparar o indivíduo para atuar no apoio às atividades de planejamento da produção, de modo que o mesmo consiga em seu dia-a-dia profissional interpretar o plano de trabalho da produção e programar o seguimento de linha, alocando recursos conforme planejado, identificando gargalos e acompanhar os processos críticos dos equipamentos de produção e movimentação de mercadoria, por meio de dados propondo melhorias, conseguindo identificar não conformidades e emitindo relatórios que auxiliem o melhoramento contínuo.

Profissionais que se preparam para atuar como agente de inspeção de qualidade aprendem a trabalhar no controle da qualidade, inspecionando recebimento, organizando o armazenamento e movimentação de insumos verificando conformidade de processos, liberando produtos e serviços e trabalhando de acordo com normas e procedimentos técnicos de qualidade e de segurança.

O Curso de Especialização Profissional em Classificador de Couro tem procurar desenvolver no individuo competências relativas à classificação dos diferentes tipos de couro e do estado de conservação dos mesmos, pautado nas suas características e aplicações, buscando atender as normas e procedimentos técnicos, normas ambientais, de qualidade e segurança.

Assistente de Produção é o profissional que se prepara atuar de maneira técnica e eficiente alimentando as linhas de produção, organização da área de serviço, abastecimento de linhas de produção e alimentação de máquinas.

Cursos na área de espanhol buscam preparar os profissionais para compreender e usar expressões familiares no processo de comunicação da língua, bem como atuar como instrutores da mesma.

Cursos de camareira buscam preparar o profissional para atuar em hotéis, resorts, pousadas e motéis, sejam eles de pequeno, médio ou grande porte. Estes profissionais são responsáveis pela execução dos procedimentos operacionais de limpeza, higienização e arrumação, vistoria, reposição dos materiais das unidades habitacionais e áreas sociais, preparando as unidades habitacionais de acordo com a orientação do seu plano de trabalho e zelando pelos objetos pessoais, hábitos, preferência e cultura de cada hóspede.

O objetivo do curso de encanador é formar profissionais prontos para instalar e realizar manutenção em redes de água e esgoto, bem como identificar vazamento e entupimentos de rede que possa ocasionar o mau funcionamento do sistema.

O curso de cuidador de Idosos Pronatec busca capacitar profissional para atuar no trabalho com idosos, atendendo da melhor forma possível esse público e suas necessidades específicas, auxiliando-os.

O curso de cuidadores infantis prepara para trabalhar com crianças, principalmente em idades iniciais até os seis anos. É necessário estar pronto para entender como acontece o desenvolvimento desse público e quais são as suas necessidades específicas e tem como objetivo geral propiciar qualificação profissional atrelada ao eixo tecnológico ambiente e saúde.

O curso de caldeireiro procura capacitar o profissional para confeccionar, reparar e instalar peças e elementos diversos em chapas de metal como aço, ferro galvanizado, cobre, estanho, latão, alumínio e zinco; fabricam ou reparam caldeiras, tanques, reservatórios e outros recipientes de chapas de aço, desenvolvem também

atividades de recorte, modelagem e trabalham barras perfiladas de materiais ferrosos e não ferrosos para fabricar esquadrias, portas, grades, vitrais e peças similares.

A área de recepcionista visa preparar o indivíduo para atender com presteza o público em geral; desenvolver suas atividades de recepcionista com responsabilidade e profissionalismo; utilizar técnicas específicas para um atendimento eficiente e eficaz ao cliente.

“Um levantamento feito pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), mostra que a capacidade de conseguir um emprego cresceu entre os estudantes do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). O salto registrado foi um crescimento de 11,8 pontos percentuais entre 2011 e 2014. Antes de cursarem o ensino profissionalizante, 14,2% dos alunos do Pronatec estavam empregados com carteira assinada. Depois do curso, esse índice cresceu para 25,9%. De acordo com Paulo Jannuzzi, secretário de Avaliação e Gestão da Informação do MDS, a pesquisa foi feita com 1,3 milhões de alunos do Pronatec(Governo Brasil, 2015).

Os cursos do Pronatec em geral foram bem avaliados pelos entrevistados, tendo mais de 50%o curso como ótimo. Entende-se de acordo com a tabela 5,que os cursos ofertados atenderam seus preceitos no que diz respeito à qualidade do curso no geral, e essa opinião é também reafirmada em pesquisas anteriores realizadas a respeito do PRONATEC como a exemplo da pesquisa realizada por Maria Luiza Souza da UNB, onde a autora trabalhou com a aplicação de questionários para analisar o Pronatec e o perfil de egressos no Instituto Federal de Santa Catarina.

Tabela 5- Avaliação do Pronatec

Na sua opinião como o (a) senhor(a) avalia o Pronatec de modo geral	Péssimo	Ruim	Regular	Bom	Ótimo	Não opinou
N	0	0	3	12	16	0
%	0	0	9%	39%	52%	0

Fonte: Dados da pesquisa

De acordo com a tabela 6 o curso apresenta bons conhecimentos teóricos atendendo de modo geral aos aspectos apresentados em suas descrições, de acordo alguns entrevistados.

Tabela 6- Conhecimentos teóricos em relação ao curso.

Como o (a) senhor (a) avalia os conhecimentos teóricos dos cursos que fez pelo Pronatec no município de São Félix	Péssimo	Ruim	Regular	Bom	Ótimo	Não opinou
N	0	0	4	16	9	2
%	0%	0%	13%	52%	29%	6%

Fonte: Dados da pesquisa

A avaliação em relação aos profissionais de ensino variou entre bom e ótimo. Os entrevistados relataram que os professores possuíam bagagens teóricas e práticas e bom relacionamento com os estudantes.

Tabela 7- Avaliação dos entrevistados em relação ao nível dos professores do curso.

Como o (a) senhor (a) avalia a qualificação dos seus professores do Pronatec	Péssimo	Ruim	Regular	Bom	Ótimo	Não opinou
N	0	0	1	15	15	0
%	0%	0%	3%	48,5%	48,5%	0%

Fonte: Dados da pesquisa.

O curso técnico atendeu as expectativas dos alunos com relação aos aspectos de conteúdos, 42% avaliou o curso como bom, apenas 7% avaliaram como regular os conteúdos estudados, esses comentaram a respeito que faltou mais práticas, pois entendem que a mesma aproxima os estudantes do que irão enfrentar ao chegarem ao mercado de trabalho. Muitos estudantes demonstraram um pouco de insatisfação em relação a não inserção no mercado de trabalho, pois a maior expectativa dos mesmos era alcançar um emprego.

Tabela 8- Avaliação do curso em relação à expectativa.

Como foi o seu curso técnico em relação a sua expectativa	N	%
Péssimo	0	0
Ruim	2	7%
Regular	5	16%
Bom	13	42%
Ótimo	11	35%
Não Opinou	0	0%

Fonte: Dados da Pesquisa

Quando questionados se trabalhavam antes de ingressarem ao Pronatec, 90% dos entrevistados responderam que não, como demonstrado na tabela abaixo. É possível perceber que está situação não está ligado à qualidade do curso, pois como visto anteriormente o curso havia apresentado índices satisfatórios, mas

este fato decorre das condições socioeconômicas do município, a cidade de São Félix apresenta baixo desenvolvimento econômico com rendimento per capita segundo o IBGE (2016) abaixo de meio salário mínimo e menos de 10% da população possui ocupação profissional.

A cidade possui cursos oriundos da administração pública que se destacou na busca de maximizar o desempenho de desenvolvimento social, mas possui taxas muito pequenas de investimentos econômicos externos. Um comércio pouco desenvolvido e baixa geração de emprego, a população que trabalha mais de 50% se desloca para cidades circunvizinhas.

Quando perguntados se trabalha atualmente, percebemos que houve a diminuição de uma pessoa o que nos permitiu concluir que as expectativas dos entrevistados em relação ao mercado de trabalho não foram alcançadas.

Tabela 9- Trabalho e Curso Pronatec

Você já trabalhava antes de iniciar o seu curso?	N	%	Você trabalha atualmente?	N	%
Sim	3	10	Sim	2	6,4
Não	28	90	Não	29	93,6

Fonte: Dados da pesquisa.

Quando perguntados se atualmente trabalha na área em que se formou pelo Pronatec, todos os alunos participantes da pesquisa não trabalham na área em que se realizaram os cursos. Demonstrando pouco aproveitamento da certificação do curso no mercado de trabalho local. Em diversas pesquisas o programa foi bem avaliado, mas são notórios que não garante inserção ao mercado de trabalho, sendo desse modo necessário investimentos que gerem desenvolvimento econômico de modo a consequentemente abertura de postos de trabalho que absorvam estes profissionais.

Os dados de campo revelaram uma multiplicidade de formas de organização do Programa nos municípios, bem como diferentes vocações econômicas locais que se relacionam a elas e que são importantes para se pensar as possibilidades de êxito do Programa. (Sumário Executivo Pronatec BSM Final)

É de fundamental importância o papel do gestor municipal para implementação e efetividade do Pronatec.

Tabela 10- Inserção na área de formação.

Você trabalha na área que se formou pelo Pronatec?	N	%
Sim, totalmente	0	0

Sim, parcialmente	0	0
Não	31	100
Não sei	0	0

Fonte: Dados da pesquisa.

Quando questionado sobre a relação entre a sua formação e o trabalho apenas um estudante trabalha em área ligada ao curso em que se formou. Ressaltando que apenas dois dos entrevistados estão trabalhando atualmente.

Tabela 11- Trabalho e Formação

Qual a relação entre o seu trabalho atual e a sua formação?	N	%
Fortemente relacionada com a área profissional do curso técnico	1	3
Parcialmente relacionada com o curso técnico	1	3
Não tem nenhuma relação com o curso técnico	12	39
Não sabe/Não opinou	17	55

Fonte: Dados da pesquisa.

No que tange as exigências da atuação profissional e dos conteúdos do curso Pronatec, 52% dos entrevistados avaliou que existe compatibilidade ente curso e exercício profissional, 42% responderam que os conteúdos do curso foram inferiores as exigências relacionadas à atuação profissional, este aspecto está relacionado à questão de muitos egressos não atuarem na área de sua formação no curso do Pronatec.

Tabela 12- Exigências do trabalho x Conteúdos do curso Pronatec

Como é a exigência da sua atuação profissional na atualidade em relação aos conteúdos do curso que frequentou?	N	%
Inferior a recebida no curso técnico que se formou	13	42
Compatível com a recebida no curso técnico	16	52
Superior a recebida no curso técnico em que se formou	2	6

Fonte: Dados da pesquisa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os objetivos elencados nesta pesquisa, como sendo a análise do Pronatec no município de São Félix com foco no nível de emprego e capacitação, pôde-se afirmar que em relação a capacitação, houve um retorno positivo, pois os cursos foram avaliados como bons tanto em relação ao conteúdo programático quanto a formação profissional. Em relação ao nível de empregabilidade, não se teve o resultado positivo, apenas dois dos entrevistados trabalham atualmente, mas vale ressaltar que a cidade também não oferece mercado de trabalho amplo, devido ao seu tamanho e potencial econômico.

Diante de todo o exposto nesta pesquisa, é fundamental assumir que no atual momento econômico, o Pronatec surgir como um programa que vem trazer formação profissional, de modo a qualificar melhor seus participantes, promovendo maiores chances de inserção no mercado de trabalho tão competitivo e (em um cíclico período de crise econômica), como quando surgiu em 2011.

De acordo com a pesquisa foi possível perceber que o Pronatec não modificou a situação em relação à inserção no mercado de trabalho, mas também é possível notar que antes de realizarem o mesmo, os entrevistados em sua maioria não trabalhavam. Logo, analisando a economia e as oportunidades oferecidas pela cidade são notórias que este resultado é decorrente desta situação e não da falta de qualidade dos cursos do Pronatec. A grande dificuldade dos entrevistados foi em relação a conseguir um emprego, visto que a maioria realizou os cursos em busca de oportunidades.

O principal perfil identificado na pesquisa é formado por alunos jovens provenientes de famílias inscritas no Bolsa Família, no geral a maioria concluiu o ensino médio, sendo poucos os com ensino fundamental que buscaram os cursos para se qualificar profissionalmente de modo a alcançarem oportunidades do mercado de trabalho como melhores posições e salários.

Um segundo perfil que podemos traçar seria em relação ao gênero onde a maioria dos estudantes são mulheres, que afirmaram que a buscam se qualificar de modo a serem reconhecidas dentro de um mercado tão competitivo e também muitas vezes ainda, prefere empregar homens.

Um obstáculo perceptível foi a ausência de estratégias que relacionassem os cursos e a situação econômica da cidade, o que se reverte em oferecer cursos

que não se adéquam as especificidades do público. Mesmo assim a opinião dos alunos em relação ao Pronatec é positiva no que diz respeito a conteúdo e a seguir se qualificando profissionalmente. Mas relataram a necessidade de agregar o programa a uma política de empregabilidade. Podemos caracterizar o programa positivamente devido seu caráter inclusivo e de transformação.

Em relação à realização da pesquisa uma limitação foi à dificuldade de encontrar alunos egressos dos cursos, portanto não representando uma amostra significativa daqueles que os fizeram, além do que foi informado por alguns participantes que existem alunos que já não estão mais na cidade, visando buscar trabalho e emprego em outras cidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Cristiane Silva. **A relação entre trabalho e educação no Brasil**; Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5.

AMÂNCIO, Júlia Moretto. **Inclusão produtiva e assistência social**: desafios da implementação a partir das experiências recentes do pronatec / Bsm e do Acessuas/ trabalho. Cadernos de Estudos DESENVOLVIMENTO SOCIAL EM DEBATE, Nº 24 ISSN 1808-0758, 2015.

AMÂNCIO, Júlia Moretto; CAETANO, Patrícia Fagundes; LARIÙ Cecilia Ishikawa; Marco Natalino, Antônio Carvalho; VARELLA. Juliana França; WIJK, Flávio Braune. **Avaliação qualitativa do programa nacional de acesso ao ensino técnico e emprego – Brasil sem miséria (Pronatec/Bsm)**: um estudo com egressos e desistentes, representantes das unidades ofertantes e interlocutores municipais. Cadernos de Estudos DESENVOLVIMENTO SOCIAL EM DEBATE, Nº 24 ISSN 1808-0758, 2015.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 15. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

ARACHO, Maria das Graças; MOURA, Dante Henrique; PEREIRA, Ulisséa Ávila; SILVA, Antônia Francimar Da. **Algumas reflexões e proposições acerca do ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio**. Brasília: Ministério da educação, 2006, p. 17-39.

BASSO, Regiane Priscila; MARTINIAK, Vera Lucia; SANTOS, Daniele da Costa; SAMPAIO, Elen; SILVA, Aparecida de Fátima; e TEIXEIRA, Marlene. **O ensino médio na educação brasileira**: avanços e retrocessos. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.18, p. 45 - 53, jun. 2005 - ISSN: 1676-2584.

BENINI, Edi Augusto; CECCHIN, Hareli Fernanda Garcia. **PRONATEC: O NOVO PROGRAMA VELHO?** Desafios entre a qualificação profissional e a inserção no mercado de trabalho. Revista Trabalho (En) Cena. Jul. /Dez. 2016, Vol. 01 n. 2, pp. 128-144.

BISPO, Fabiana Carvalho da Silva. **Formação Profissional e cidadania: A contribuição do PRONATEC.** IFB 2015.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Força de trabalho.** 3^a ed. Rio de Janeiro, 1987.

CAMARA, Carlos. **Educação e empregabilidade:** entenda a relação entre ambos. Disponível em: <http://blog.una.br/educacao-e-empregabilidade-entenda-a-relacao-entre-ambos/>.

CASSIOLATO, Maria Martha M. C.; GARCIA, Ronaldo Coutinho Garcia. **PRONATEC:** múltiplos arranjos e ações para ampliar o acesso à educação profissional, IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), Rio de Janeiro, 2014.

CASTIONI Remi. **Planos, projetos e programas de educação profissional:** agora é a vez do Pronatec. Sociais e humanas. Santa Maria, v. 26, n. 01, jan/abr 2013, p. 25-42.

CASTRO, Jane Margareth; REGATTIERI, Marilza. **Ensino médio e educação profissional:** desafios da integração. – 2.ed – Brasília: UNESCO, 2010. 270 p. ISBN: 978-85-7652-135-83.

CEZAR, Taise Tadielo; Ferreira, Liliana Soares. **A relação entre educação e trabalho:** um contexto de contradições e a aproximação com a educação profissional. RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v. 11, n. 4, p. 2141-2158, 2016.

Chade, Jamil. **Desemprego entre jovens no Brasil tem maior taxa em 27 anos, diz OIT.** Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,desemprego-entre-jovens-no-brasil-tem-maior-taxa-em-27-anos-diz-oit,70002091029>>. Acesso em 18 jul. 2018.

CIAVATTA, Maria. **Ensino Médio Integrado:** Concepção e Contradições. São Paulo: Cortez, 2005; pp. 106-127.

BRASIL, Decreto nº 2.208. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: 17 de abril de 1997.

BRASIL, Decreto nº 5.154. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: 23 de julho de 2004. BRASIL.

Decreto nº 5.840, de 23 de julho de 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Brasília, DF: 24 de junho de 2006. BRASIL.

DIAS, Bartira Soldera e MARTIGNAGO, Célio Simão. **Automação - desenvolvimento econômico - sustentabilidade e transnacionalidade**. Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.7, n.3, 3º quadrimestre de 2012. Disponível em: www.univali.br/direitoepolitica - ISSN 1980-7791.

Domingues; Maria do Amparo Cardoso. **Pronatec**: um estudo com egressos no Litoral do Paraná. Universidade Tecnológica Federal do Paraná (2016).

ESCOTT, Clarice Monteiro; MORAES, Márcia Amaral Correa de. **História da educação profissional no Brasil**: as políticas públicas e o novo cenário de formação de professores nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia. Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5.

FARIA, Ana Cristina de; GONÇALVES, Andrea de Paiva; PALMISANO, Angelo; PEREIRA, Raquel da Silva; WIDMER, Gloria Maria. **Ensino Técnico Profissionalizante**: Formação Profissional e Cidadania. Curitiba 2009.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **Ensino Médio Integrado**: Concepção e Contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

GOMES, Ana Valeska Amaral. **O que podemos dizer sobre o Pronatec?** Consultora Legislativa da área XV educação, cultura e desporto, Câmara dos Deputados, 2016.

GUEDES, Gilmar Barbosa; LIMA, Andréa Félix de. **Políticas Públicas para a juventude**: o Pronatec como instrumento de capacitação dos jovens para o mercado de trabalho. Rio Grande do Norte, UFRN, 2015.

IBGE. Disponível em:<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/sao-felix/panorama>>. Acesso em 19 jul. 2018.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Exclusão Includente e Inclusão Excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho.** 2002.

LIMA, Marcelo. **A educação profissional no governo Dilma: Pronatec, PNE e DCNEMs.** RBPAE - v. 28, n. 2, p. 495-513 mai/ago. 2012

MARQUES, Daniele Luciano; SOUZA, Antônia de Abreu. **A proposta de formação das escolas estaduais de educação profissional no Ceará: uma análise à luz da escola unitária Gramsciana;**Revista LABOR nº 12, v.1, 2014 ISSN: 19835000.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio. Documento Base. Brasília, 2007. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf>.

MOURA, Dante Henrique.**Algumas possibilidades de organização do ensino médio a partir de uma base unitária: trabalho, ciência, tecnologia e cultura.**ANAIS DO I SEMINÁRIO NACIONAL: CURRÍCULO EM MOVIMENTO – Perspectivas Atuais Belo Horizonte, novembro de 2010.

MOURA, Dante Henrique. **Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração.** Rio Grande do Norte , Holos, Ano 23, Vol. 2 - 2007.

MOURA, D. H. **Reflexões sobre ética, estado brasileiro e educação.** IN: HOLOS. Ano XXII, nº 2. Revista eletrônica do CEFET-RN. Disponível em <http://www.cefetrn.br/dpeq/holos/>.

MOURA, D. H., CAMELO, G. L. P. **Interfaces legais, políticas, pedagógicas e administrativas na trajetória do CEFET-RN.** Natal, 2006.

MOURA, D. H., BARACHO, M. G., PEREIRA, U. A. e SILVA, A. F. **Algumas reflexões e proposições acerca do ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio.** IN: Ensino médio integrado à educação

profissional. Programa Salto para o Futuro. TV escola. Boletim 07. Maio/junho de 2006.

NOSELLA, P. (org.): **Trabalho e Conhecimento**: Dilemas na educação do Trabalhador. São Paulo: Cortez.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. Curitiba 2014.

RAMOS, Marise. **Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado**. In: RAMOS, Marise. (Org.); FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.).

RICARDO, Marcos Antônio; SILVA, Luís Antonio Da. **O caminho dos jovens rumo ao mercados de trabalho**: o importante papel formativo da educação e sua contribuição para a sociedade; Minas Gerais.

SANTOS, Geórgia Patrícia Guimarães. **Qualificação profissional para o empreendedorismo**: uma alternativa ao desemprego? R. Pol. Públ., v. 10, n. 1, p. 113 – 135, jan./jun. 2006.

SANTOS, Edlene Pimentel Santos; **A crise estrutural do capital e seus limites absolutos**: a relação entre o capital transnacional e os Estados. Alagoas, 2011.

SANTOS, Sônia Maria dos. **A organização do ensino brasileiro (1942-1961)**: um olhar sobre as leis orgânicas do ensino e o currículo. Minas Gerais.

SANTOS, Rudney Aminadab. **Teoria do capital humano**: uma análise do caso brasileiro. Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 18-30, jul./dez. 2008

Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Estudo qualitativo com egressos e desistentes, representantes das unidades ofertantes e interlocutores municipais do Pronatec-Brasil Sem Miséria (BSM).

SOUZA, Celina. Sociologias. **A Introdução Políticas Públicas**: uma revisão da literatura. Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul./dez 2006, p. 20-45.

SOUZA, Maria Luisa Hilleshein De. **Avaliação da efetividade dos principais cursos FIC Pronatec do Instituto Federal de Santa Catarina:** benchmarking com cursos técnicos de longa duração. UNB, Brasília, 2016.

SOUZA, Nilda Rodrigues. **Relação trabalho e educação:** o impacto das reformas políticas na educação profissional. UEL PR/Londrina-PR, 2006.

TARTUCE, Gisela Lobo B. P. **DA ESCOLA AO MERCADO DE TRABALHO.** Fundação Carlos Chagas. Entrevista concedida à FOLHA DIRIGIDA, em outubro de 2006, à Ana Paula Novaes, dezembro/2006.

WALDOW, Carmem. As políticas educacionais do governo Dilma, a formação para o trabalho e a questão do Pronatec: reflexões iniciais. X ANPED SUL, Florianópolis, outubro de 2014.

APÊNDICE - 1

**ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO SEMI-ESTRUTURADO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES HUMANIDADE E LETRAS (CAHL)**

O presente estudo compõe o Trabalho de Conclusão de Curso em Tecnologia em Gestão Pública da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, orientado pela orientado pela Prof^a. Dr^a. Doraliza Auxiliadora Abranches Monteiro e desenvolvido pelo estudante Lindomar Carlos Sodré da Silva.

Agradecemos sua colaboração ao responder as perguntas apresentadas neste instrumento e destacamos que por se tratar um trabalho científico seu nome não será divulgado em hipótese alguma. Caso deseje receber maiores informações sobre a pesquisa indicamos nossos contatos ao final da entrevista.

Data: ____ de _____ de 2018.

Parte I – Dados do Respondente

1.Nome: _____

2. Sexo: 1. () Feminino 2. () Masculino

3. Idade (em anos) _____

4. Grau de instrução formal concluído

1. () Fundamental

2. () 2º grau

5. Cidade que nasceu? _____

6. Cidade que reside? _____

Parte II – Participação no PRONATEC

1. Quais cursos pelo Pronatec você frequentou?

2. Na sua opinião, como o (a) sr (a) avalia o Pronatec de modo geral?

1. () Péssimo	2. () Ruim	3. () Regular	4. () Bom	5. () Ótimo	0. () Não opinou
----------------	-------------	----------------	------------	--------------	-------------------

3. Como o (a) sr. (a) avalia os conhecimentos teóricos dos cursos que fez pelo Pronatec no município de São Felix?

1. () Péssimo	2. () Ruim	3. () Regular	4. () Bom	5. () Ótimo	0. () Não opinou
----------------	-------------	----------------	------------	--------------	-------------------

